Lote C

Título: ETAR de Serpins-Rodas

1) DESCRIÇÃO SUCINTA

O lote C da presente empreitada abrange as fases de projecto, construção, pré--arranque e arranque da ETAR de Serpins-Rodas.

A ETÂR de Serpins-Rodas será uma infra-estrutura de tratamento de águas residuais dimensionada para uma população equivalente de 2500 habitantes no ano horizonte de projecto (2028), incorporando um nível de tratamento terciário, com remoção de carbono e azoto (processo de lamas activadas em reactor biológico por arejamento prolongado) seguido de desinfecção para a totalidade

Ainda no âmbito da empreitada, prevê-se a execução do caminho de acesso e o emissário final de descarga para o meio receptor

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal.

Vocabulário principal: 45252127.

5) INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE OS LOTES

A ETAR localiza-se no concelho da Lousã.

Não serão aceites variantes à solução base patenteada a concurso.

Tendo em conta a modalidade da empreitada (concepção/construção), não existe valor base de concurso para o lote em apreço.

Lote D

Título: ETAR do Lorvão

1) DESCRIÇÃO SUCINTA

O lote D da presente empreitada abrange as fases de projecto, construção, pré-

-arranque e arranque da ETAR do Lorvão. A ETAR do Lorvão é uma infra-estrutura de tratamento de águas residuais existente, que se prevê remodelar e ampliar para uma população equivalente de 2000 habitantes no ano horizonte de projecto (2028), incorporando um nível de tratamento secundário (processo de lamas activadas em reactor biológico por areiamento prolongado) e desinfecção com vista ao aproveitamento do efluente tratado para água industrial, de serviço e rega de espaços verdes.

Ainda no âmbito da empreitada, prevê-se o melhoramento do caminho de acesso e o emissário final de descarga para o meio receptor.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal

Vocabulário principal: 45252127.

5) INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE OS LOTES

A ETAR localiza-se no concelho de Penacova.

Não serão aceites variantes à solução base patenteada a concurso.

Tendo em conta a modalidade da empreitada (concepção/construção), não existe valor base de concurso para o Lote em apreço.

Lote E

Título: ETAR de Secarias

1) DESCRIÇÃO SUCINTA

O lote E da presente empreitada abrange as fases de projecto, construção, pré--arranque e arranque da ETAR de Secarias.

A ETAR de Secarias é uma infra-estrutura de tratamento de águas residuais existente, que se prevê remodelar e ampliar para uma população equivalente de 1000 habitantes no ano horizonte de projecto (2028), incorporando um nível de tratamento secundário (processo de lamas activadas em reactor biológico por arejamento prolongado). Ainda no âmbito da empreitada, prevê-se o melhoramento do caminho de acesso e o emissário final de descarga para o meio receptor.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)

Objecto principal.

Vocabulário principal: 45252127.

5) INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE OS LOTES

A ETAR localiza-se no concelho de Arganil.

Será aceite uma variante à solução base patenteada a concurso.

Tendo em conta a modalidade da empreitada (concepção/construção), não existe valor base de concurso para o lote em apreço

29 de Junho de 2006. — O Administrador, João Carlos Gaspar 3000210107 Damasceno

A PREVIDÊNCIA PORTUGUESA — ASSOCIAÇÃO **MUTUALISTA**

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras	\times
Fornecimentos	
Serviços	

O conc	urso	está	abrang	ido	pelo	Acordo	sobre	Contratos	Públicos	(ACP)?
NÃO	\times		SIM							

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo A Previdência Portuguesa — Associação Mutualista	À atenção de Presidente da Direcção
Endereço	Código postal
Rua da Sofia, 193	3000-391
Localidade/Cidade	País
Coimbra	Portugal
Telefone 239828055/6	Fax 239823237
Correio electrónico	Endereço Internet (URL)
geral@aprevidenciaportuguesa.pt	http://www.aprevidenciaportuguesa.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI-DOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

1.5	TIPO	DE	ENTID	ADE	AD.II	UDICA	NTE

Governo central	Instituição Europeia		
Autoridade regional/local	Organismo de direito público	Outro	X

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de	contrato	de obras					
Execução	\times	Concepçã	ão e exec	ução			
Execução, seja	por que m	neio for, de	uma obra	que sa	ıtisfaça a	s necession	dades
indicadas pela	entidade a	djudicante					
II.1.4) Trata-se	de um co	ntrato-qua	dro?				
NÃO 🗵	SIM						

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Empreitada de construção de creche-berçário

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Natureza, extensão e descrição dos trabalhos: trabalhos de construção civil, incluindo isolamento térmico e impermeabilização, redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais, gás, electricidade, telefones e climatização.

Classificação Estatística de Produtos por Actividade (CPA), a que se refere o Regulamento (CE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro de 1993: 49.11.12; 45.21.15; 45.22.11; 45.22.12; 45.22.13; 45.22.20; 45.25.10; 45.25.21; 45.25.31; 45.25.50; 45.31.13; 45.31.21; 45.31.22; 45.31.30; 45.32.11; 45.33.11; 45.33.20; 45.33.30; 45.41.10; 45.22.11; 45.42.12; 45.42.13; 45.43.11; 45.43.12; 45.43.21; 45.43.22; 45.44.10; 45.44.21; 45.44.22.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Rua da Fonte do Castanheiro, no concelho de Coimbra, distrito de Coimbra

Código NUTS

PT162 CONTINENTE CENTRO — BAIXO MONDEGO.

II.1.9) Divisão em lotes

NAO	X	SIM	Ш				
Indicar	se se	podem	aprese	ntar	propostas	para:	
um lote	e 🗆	vários	lotes		todos	os lotes	
				4			•

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO 🖂 SIM \square

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO

II.2.1) Quantidade ou extensão total

Fornecimento de todos os materiais e execução de todos os trabalhos nas condições técnicas e especiais constantes do caderno de encargos e das peças escritas e

O preco base do concurso é de 593 500 euros mais IVA

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo em meses $\boxed{1}$ $\boxed{2}$ a partir da data da consignação (para obras)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

Será exigida, previamente à outorga do contrato, uma caução de 5% do valor da adjudicação

O desconto para garantia do contrato, de 5%, a que alude o artigo 211.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, será substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos que a caução.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

O tipo de empreitada é por preço global, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Podem concorrer empresas ou grupos de empresas, sem que entre eles exista qualquer vínculo, mas, em caso de adjudicação da empreitada, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Podem ser admitidos a concurso os titulares de alvará de construção, emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, adiante designado por IMOPPI, que contenha:

a1) A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria, em classe que cubra o valor global da obra, devendo ainda conter:

As $2.^a$, $4.^a$, $5.^a$, $6.^a$, $7.^a$ e $8.^o$ subcategorias da $1.^a$ categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem; As $1.^a$, $7.^a$, $8.^a$, $9.^a$, $10.^a$, $11.^a$ e $12.^a$ subcategorias da $4.^a$ categoria, na classe correspondente

pondente à parte dos trabalhos a que respeitem;

As 1.a, 2.a, 9.a, 10.a, 11.a e 12.a subcategorias da 5.a categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem;

a2) A habilitação de empreiteiro geral/construtor geral, adequada à obra em causa e em classe que cubra o seu valor global.

E ainda, em qualquer das alíneas:

a3) As subcategorias referidas em a1), na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente recorra à faculdade conferida na

a4) Caso o concorrente não disponha das autorizações exigidas nos termos da alínea a1), e desde que não seja posto em causa o disposto no n.º 3 do artigo 265.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, indicará, em documento anexo aos documentos, os empreiteiros possuidores dessas autorização aos quais ficará vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos que lhes respeitem;

b) Os não titulares de alvará de construção, emitido pelo IMOPPI, que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das autoridades competentes mencionadas no n.º 1 do anexo I ao programa de concurso, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista;

b1) Os não titulares de alvará de construção, emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem os documentos relativos à comprovação da idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica para execução da obra posta a concurso, indicados nos n.ºs 15.1 e 15.3 do programa de concurso.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Deverão apresentar todos os documentos referidos nos pontos 15 e 16 do programa de concurso.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

A fixação de critérios de avaliação da capacidade económica e financeira dos concorrentes para a execução da obra posta a concurso, na parte respeitante ao equilíbrio financeiro, terá em conta os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com a definição e os valores de referência constantes da portaria em vigor, publicada ao abrigo do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, não podendo ser excluído nenhum concorrente que, no mínimo, apresente cumulativamente os valores de referência previstos nessa portaria, relativos ao último exercício, ou, em alternativa, a média aritmética simples dos três últimos exercícios.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

A avaliação da capacidade técnica dos concorrentes, para a execução da obra posta a concurso, será feita de acordo com os critérios seguidamente discriminados, sendo excluídos os concorrentes que não verifiquem cumulativamente os três critérios:

a) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 60% do valor estimado do contrato;

b) Adequação do equipamento e da ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado ou sob qualquer outra forma, às suas exigências técnicas;

c) Adequação dos técnicos e dos serviços técnicos, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra

A comissão de abertura do concurso, nomeada nos termos do n.º 1 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, após a realização do acto público do concurso procederá à avaliação da capacidade financeira, económica e técnica dos concorrentes. Finda esta verificação, a comissão excluirá os concorrentes que não demonstrem aptidão para a execução da obra posta a concurso em relatório fundamentado onde constem as razões das admissões e exclusões, que será notificado a todos os concorrentes para efeitos do n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Marco.

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

V.1.1) Já foram	seleccionados	candidatos1
-----------------	---------------	-------------

NÃO ⊠ SIM □				
			011.4	
	MA()	IXI	SIM	- 1 - 1

Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção VI) para informações com-

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados

A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, determinando-se esta pela apreciação dos factores a seguir indicados, devidamente hierarquizados segundo a sua incidência na ponderação e ordenados por grau decrescente de importância:

A todos os factores e subfactores considerados para a adjudicação deverá ser atribuída uma classificação entre 1 e 10 valores.

a) Preço: 70% — A avaliação do factor preço é feita proporcionalmente aos valores globais apresentados.

A unidade de proporcionalidade (UP) é calculada da seguinte forma:

$$UP = (1.25*PB - PMB)/9$$

PB — preço base;

proposta mais baixa.

A classificação de cada proposta será obtida por:

Class =
$$10 - (Pxi - PMB)/(UP)$$

Pxi — proposta considerada.

Deste modo, todas as propostas com valor superior em 25% ao preço base serão excluídas na fase da análise das propostas (em consonância com o estatuído no artigo 107.°, conjugado com o artigo 45.°, ambos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Marco).

Propostas abaixo do preço base deverão ser devidamente justificadas. b) Valia técnica: 30% — Nota justificativa do preço proposto (NJ) — 10%;

Lista dos preços unitários (LP) — 30%;

Programa de trabalhos (PT) — 40%, que inclui: Plano de trabalhos:

Plano de mão-de-obra;

Plano de equipamento;

Plano de pagamentos (PP) — 10%;

Memória descritiva e justificativa (MD) - 10%

Classificação final (CF):

A classificação final de cada proponente será calculada de acordo com a seguinte

$$CF = 0.7 * P + 0.3 * (0.1 * NJ + 0.3 * LP + 0.4 * PT + 0.1 * PP + 0.1 * MD)$$
 Por ordem decrescente de importância NÃO \square SIM \boxtimes

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República.

Custo: 500 euros mais IVA à taxa legal em vigor. Moeda: euro

Condições e forma de pagamento:

O processo de concurso poderá ser adquirido pelo custo de 500 euros, no caso de o concorrente levantar o processo na morada referida em I.1), ou 550 euros se enviado por correio, valores aos quais acresce o IVA à taxa de 21%, pagos em dinheiro ou cheque visado à ordem de A Previdência Portuguesa

O processo referido no parágrafo anterior encontra-se à disposição em CD-ROM (suporte digital), podendo ser fornecido em alternativa ou adicionalmente ao suporte em papel, sendo o seu custo de 100 euros, acrescidos de IVA à taxa de 21%, ou então gratuito, se adquirido, respectivamente, em alternativa ou adicionalmente ao suporte em papel.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

0 3 1 dias a contar da sua publicação no Diário da República

Hora: 16 horas e 30 minutos

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

0 6 6 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

Podem intervir as pessoas devidamente credenciados pelos concorrentes para esse

IV.3.7.2) Data, hora e local

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas 🗵

Hora: 10 horas e 30 minutos. Local: Rua do Dr. Manuel Rodrigues, 5, Coimbra.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

SIM \square

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

SIM \times

|X|

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil A empreitada será objecto de financiamento pelo III QCA, concretamente pela Medida 5.6 do POEFDS

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

O prazo de validade das propostas referido no ponto IV.3.6) deste anúncio conta-se a partir da data do acto público do concurso

O valor base do contrato é de 593 500 euros mais IVA à taxa legal em vigor.

29 de Junho de 2006. — O Presidente da Direcção, Joaquim Pina

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CASTELO DE PENALVA

ANÚNCIO DE	CONCURSO
Obras Fornecimentos Serviços O concurso está abrangido pelo Acco	ordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
_	ADE ADJUDICANTE
I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFIC	
Organismo Centro Social Paroquial	À atenção de Manuel José de Matos Clemente
Endereço Largo de São Pedro	Código postal 3550-039 Castelo de Penalva
Localidade/Cidade	País
Castelo de Penalva Telefone	Portugal Fax
232643022	rax
Correio electrónico cspvccovelo1@sapo.pt	Endereço Internet (URL)
I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER (Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver ano	OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OI	
Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver and	
I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM DOS DE PARTICIPAÇÃO Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver an	SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI- exo A
I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANT	E
Governo central	ão Europeia \Box
Autoridade regional/local Organis	mo de direito público 🗌 Outro 🗵
SECÇÃO II: OBJEC	TO DO CONCURSO
II.1) DESCRIÇÃO	
Execução, seja por que meio for, de u indicadas pela entidade adjudicante	e execução ma obra que satisfaça as necessidades
II.1.4) Trata-se de um contrato-quad NÃO ⊠ SIM □	ro?
II.1.5) Designação dada ao contrato Construção de lar de idosos.	pela entidade adjudicante
tões; alvenarias; acabamentos em paredes pavimentos; pinturas; cantarias; serralha de abastecimento de água; equipamento incêndios; aquecimento central; infra-es eléctricas; elevador; rede interna de gás; II.1.7) Local onde se realizará a obra, a	nigiene e saúde; movimento de terras; be- ; acabamentos em tectos; acabamentos em riras; carpintarias; redes de esgotos; rede sanitário; águas pluviais; segurança contra truturas de telecomunicações; instalações
tação de serviços Largo de São Pedro, 3550-039 Castelo Código NUTS	de Penalva.
II.1.8) Nomenclatura	
II.1.8.1) Classificação CPV (Commor Vocabulário principal Vo	
Objecto	cabulário complementar
principal	

Objectos

comple-

mentare

II.1.8.2) Outra	nomenclatura	relevante	(CPA/NACE/CPC)	**
-----------------	--------------	-----------	----------------	----

II.1.9) Divisão em lotes NÃO ⊠ SIM □
Indicar se se podem apresentar propostas para: um lote □ vários lotes □ todos os lotes □
II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração? NÃO 🏿 SIM 🗌
II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO
II.2.1) Quantidade ou extensão total A empreitada refere-se à totalidade da obra e o valor base do concurso é de 989 789,18 euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO
Prazo em meses e/ou em dias 4 2 0 a partir da data da consignação (para obras)
Ou: Início

SECÇAO III: INFORMAÇÕES DE CARACTER JURÍDICO, ECONÓMICO, **FINANCEIRO E TÉCNICO**

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

A empreitada é por preço global, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, sendo os pagamentos feitos periodicamente, de acordo com o estipulado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

A forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empresas está fixada no artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de servicos e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

- O certificado de classificação previsto na alínea a) do n.º 6.1 do programa de con-
- a) A classificação como empreiteiro geral na 1.ª categoria, em classe correspondente ao valor total da proposta;
- b) As 1.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a e 8.^a subcategorias da 1.^a categoria, 1.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a e 12.^a subcategorias da 4.ª categoria e 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª subcategorias da 5.ª categoria na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem
- c) Os concorrentes nacionais de outros Estados membros da União Europeia, nas condições previstas no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
- d) Os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, em condições de igualdade com os concorrentes da União Europeia, nos termos desse Acordo e respectivos instrumentos de aplicação;
- e) Os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre Contratos Públicos, da Organização Mundial do Comércio, nos termos estabelecidos nesse

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Os documentos referidos nas alíneas e) e f) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Marco.

São excluídos do procedimento de contratação os concorrentes em relação aos quais se verifique alguma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

- a) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a segurança social no espaço económico euro-
- b) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu;
- c) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto, no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidade da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Cópia autenticada da última declaração periódica de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC, na qual se contenha o carimbo «Recibo», e, se for o caso, do-